

A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana

Searching Security: Imaginary fear and urban geography

Felipe Botelho Corrêa | correa_felipe@yahoo.com
Doutorando em Estudos de Literatura pela PUC-Rio.

Resumo

O artigo focaliza uma das várias relações entre imaginário do medo, violência urbana e imprensa de massa que foram desenvolvidas no ensaio “Imaginários do medo: imprensa e violência urbana” (CORRÊA, 2008). Especificamente, o trabalho aborda as mudanças no espaço público da cidade do Rio de Janeiro, através de uma leitura crítica de uma série de reportagens (“A guerra do Rio”) analisada em contraponto com o imaginário do medo relacionado aos crimes violentos. Assim, são enfatizadas as principais transformações na geografia urbana carioca, desde os anos 1980. Partindo da concepção de que o espaço construído é um texto que pode ser tomado como instrumento de análise da cultura e da sociedade que o recria incessantemente, abordamos as relações entre as mudanças no cotidiano da cidade e as narrativas sobre violência urbana veiculadas na imprensa de massa. Esta comunicação desenvolve problemas relacionados à segurança pública, abordando aspectos contemporâneos, como a segregação do espaço público e as mudanças na arquitetura do espaço urbano, conforme é representada na imprensa.

Palavras-Chave: imaginário do medo; espaço público; violência urbana; favelas; imprensa.

Abstract

The focus of this paper is the relationships between the imaginary fear, urban violence and mass media that were developed in the essay “Imaginary fear: journalism and urban violence”; (CORREA, 2008). Specifically, the study identifies changes in the public space of the city of Rio de Janeiro, through a critical reading of a series of reports (“War of Rio de Janeiro”) analyzed in contrast to the imaginary of fear related to violent crimes. Thus, we emphasize the major changes in urban geography of Rio, since the 1980s. Starting from the conception that the built space is a text that can be taken as an analytical tool of culture and society that constantly recreate it, discusses the relationship between changes in the life of the city and the narratives on violence broadcasted in mass media. This communication develops problems related to social security, addressing contemporary issues such as segregation of public space and the changes in the architecture of urban space, as represented in the press.

Keywords: *imaginary fear; public space; urban violence; slums; press.*

A CIDADE E OS MAPAS

Ao circularmos pelas ruas da cidade, que elementos nos guiam? Essa é uma pergunta que normalmente não nos fazemos, pois, como Walter Benjamin já atentara, o difícil não é se achar em uma cidade, mas perder-se nela². Os espaços urbanos estão carregados de significados, de sentidos e de direções que normalizam a circulação dos indivíduos. As placas com os nomes das avenidas, praças e ruas criam caminhos pela cidade que podem ser percorridos de diferentes maneiras e estilos. Mas há, inexoravelmente, um mapa simbólico que opera fronteiras impalpáveis no cotidiano dos habitantes. São formas discursivas que projetam caminhos a serem seguidos, sejam eles concretos ou simbólicos.

É claro que estas trajetórias determinadas podem ser burladas pela criatividade do homem comum no dia-a-dia, com as suas práticas desviacionistas e as suas inusitadas práticas do espaço, mas não podemos negar que tais possibilidades são balizadas por estruturas mais amplas, instituídas no próprio imaginário da sociedade. Há significações que são produzidas socialmente, por articulações diversas, em vários setores, sendo os meios massivos importantes lugares de produção desses significados.

Ao apontarmos tal questão, precisamos olhar para a cidade não por análises que privilegiam somente os aspectos funcionais. Para indagar-nos sobre os guias dos cidadãos, é preciso pensar a cidade como linguagem, como nos propõe Nestor Canclini:

89

La problemática urbana como una tensión entre realización y expresividad, há llevado a pensar también a las sociedades urbanas como lenguaje. Las ciudades no son solo un fenómeno físico, un modo de ocupar e, espacio, de aglomerarse, sino también lugares donde ocurren fenómenos expresivos que entran en tensión con la racionalización, con las pretensiones de racionalizar la vida social. Han sido sobre todo las industrias culturales de la expresividad, como constituyentes del orden y de las experiencias urbanas, las que han tematizado esta cuestión. (CANCLINI, 1997, p.72).

Assim, há aspectos da cidade que fogem à racionalização, que já estão presentes na ideia de urbanização³, e só podem ser alcançados por outro viés. A expressividade é uma das formas de tornar explícito aspectos que são calados quando o “estatuto da técnica” prevalece como única possibilidade. O imaginário urbano, nesta perspectiva que abordamos, é esse conjunto de significações que não cessa de ser recriado cotidianamente através de narrativas e imagens que dão sentido às práticas e, por vezes, abrem um caminho para elas.

A cidade é esse “lugar” privilegiado de constituição do simbólico: este que inexoravelmente cria diferenciações, separações e fronteiras que só existem nas formas expressivas, na linguagem, na narração. Essas fronteiras são formas de dar significado ao espaço urbano, mas que não são estáticas. A mobilidade que estas apresentam vem da própria forma de falar da cidade: as formas de enunciar, articular e, se formos mais longe, de balizar significados.

A ideia de mapa, então, nos parece de grande valia para que possamos mobilizar todo esse aspecto relacionado ao imaginário urbano, pois o mapa nos remete ao olhar que preza pelas demarcações, as distinções, os contrastes, que, com a ajuda da técnica, dá um sentido macro ao espaço micro que é percorrido pelos cidadãos no cotidiano. Além disso, pelos significados que carrega, o mapa é ferramenta de conhecimento, algo que privilegia a visão em detrimento da prática do espaço.

No entanto, sabemos que há outras cartografias que guiam os habitantes. Essas são o que poderíamos chamar de mapas simbólicos, que ganham significados no imaginário social através das atividades expressivas ligadas ao cotidiano, como é o caso das mensagens veiculadas nos meios de comunicação massivos. Essas atividades fazem parte de uma economia de relatos que expressam as percepções da cidade. É através desses processos de reconhecimento, de seleção e de expressão que o espaço urbano vai sendo construído no imaginário social.

O habitante de uma cidade, por exemplo, ao contrário de um turista ou um estrangeiro, não precisa de um mapa para se locomover e lê-la. Ele pratica o espaço tendo como guia o seu mapa simbólico, que se confunde com a sua experiência. Quando falamos em mapas simbólicos, queremos suscitar que há certos significados que só podem ser lidos quando há uma vivência, quando o caminhante percorre cotidianamente os labirintos que as ruas parecem formar e, conseqüentemente, acaba por se apropriar, seletivamente, da cidade.

Em todas as cidades, seus habitantes têm maneiras de marcar seus territórios. Não existe cidade, cinzenta ou branca, que não anuncie, de alguma forma, que seus espaços são percorridos e denominados por seus cidadãos. Teríamos, desse modo, pelo menos dois grandes tipos de espaços a reconhecer no ambiente urbano: um oficial, projetado pelas instituições e feito antes que o cidadão o conceba à sua maneira; outro que [...] proponho chamar de diferencial, que consiste numa marca territorial usada e inventada na medida em que o cidadão o nomeia ou inscreve. Haverá muitas e variadas combinações entre um e outro polo; a noção de limite pode ser útil para compreender que aquilo que separa o espaço oficial do território é uma fronteira descoberta por quem ultrapassa as suas margens. Isto é, porque existe o limite. Acreditamos que se possa aceitar que algo separa o que nos é dado daquilo de que nos apossamos (SILVA, 2001, p. 21).

Os mapas parecem ser, então, uma chave de análise importante ao trabalharmos com a problemática dos imaginários urbanos, ainda mais quando a proposta é fazer uma leitura deste imaginário – que é criação incessante – em relação aos medos relacionados à violência urbana. A cartografia, tanto a simbólica quanto a que resulta em mapas materiais que guiam os turistas, por exemplo, é uma escrita definidora de fronteiras e limites⁴. No âmbito simbólico, os mapas promovem a criação de fronteiras identitárias: dinâmicas do dia-a-dia que são nutridas de conflitos e tensões. No âmbito da descrição dos territórios, ou seja, no conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que orientam os trabalhos de elaboração de cartografias,

os mapas determinam fronteiras geográficas, que não deixam de ser ao mesmo tempo físicas e mentais.

Como forma de representação, o mapa é um suporte expressivo que junta lugares completamente distintos em uma superfície plana, legível e totalizante. Trata-se de um conjunto de símbolos convencionados, histórica e culturalmente, que remetem a uma visão abstrata, inatingível pela experiência. É, além disso, a concretização do esforço de cristalizar possibilidades e delimitar olhares.

Em sua forma final, aquela que é visível, o mapa contemporâneo não nos deixa ver os andaimes que possibilitaram sua construção. O produto da cartografia moderna é um tipo de representação que atravessa os lugares e sai ilesa, sem marcas aparentes dos lugares onde passaram⁵. De fato, os lugares são a própria possibilidade dessas representações, mas os mapas – com suas regras de escrita – têm como característica esse olhar distanciado, que apaga detalhes, itinerários e práticas de espaço. Eles são a consubstanciação da ficção de um olhar-total, essa ficção que é, decerto, a ação de imaginar por uma perspectiva única e que se quer verdadeira.

Mas se a questão aqui é propriamente a produção de um imaginário social do medo, que mapas estão presentes nessas representações? O que propomos, aqui, é uma análise dos mapas como escritas produtoras de significado no imaginário urbano, por isso, os mapas serão tomados por sua potencialidade de organização de um imaginário do medo, como forma expressiva, e, também, como vocabulário que é utilizado para dar sentido às inúmeras violências – que na imprensa estão relacionadas, majoritariamente, à ideia de criminalidade – que são praticadas nas metrópoles contemporâneas.

Partimos da ideia de que essas representações influenciam as práticas cotidianas das pessoas, que, por exemplo, praticam seus itinerários de acordo com um mapa simbólico construído, incessantemente, por narrações que dão sentido aos elementos que compõem a cidade.

Cada cidade tem seu próprio estilo. Se aceitamos que a relação entre coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos no simbólico: suas escrituras e representações. E que as representações que se façam da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam a concepção do espaço. (SILVA, 2001, p. XXIV).

Podemos visualizar melhor o que estamos falando ao propormos, por exemplo, a ideia de um mapa da violência, que, conseqüentemente, é também um mapa do medo. Com o crescimento do número de crimes violentos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, uma série de novas estratégias que simulam proteção e segurança foram colocadas em prática. A construção de muros, como aponta a antropóloga Teresa Caldeira (2003), foi a mais emblemática dessas reformulações do espaço urbano.

A autora elabora argumentos em torno da crescente segregação espacial que vem ocorrendo na cidade de São Paulo (e, também, em outras metrópoles do mundo), levantando questões, sobretudo, em relação aos discursos que falam da violência e o que esses discursos têm a explicar ou atestar sobre uma reconfiguração do espaço público brasileiro. Além disso, a tese elaborada tenta analisar o processo de redemocratização no Brasil pelo viés dos direitos civis, mostrando como a violência e a utilização da força de forma não-oficial ou privada sempre estiveram presentes na ordem social do país. A democracia, da forma como se configurou no Brasil, é caracterizada como disjuntiva, ou seja, como uma ordem social explicitamente segregada.

Segundo Caldeira, essas estratégias de proteção e reação em relação à violência têm consequências em dois âmbitos principais:

Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos. Muitas dessas operações são justificadas em conversas do dia-a-dia cujo tema é o que chamo de fala do crime. As narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar. (CALDEIRA, 2003, p.9).

A proliferação do medo como fantasma da cidade está intimamente ligada a esse avanço estatístico da violência nas metrópoles brasileiras, pois a violência relacionada com o crime tem a potencialidade de acumular uma tensão que, por vezes, não é liberada através do sistema de compensações do Estado (Justiça), mas somente pelos relatos das vítimas. Quando as tensões são fortes, as falas se disseminam rapidamente, criando um contágio que estimula o *fantasma urbano*⁶, ainda que, em grande parte, através de boatos⁷.

A partir desta formulação, concluímos que o medo se dissemina, muito em parte, pelo ato de narrar. É o relato que o faz circular pela cidade ou pelo mundo, com fundamentos concretos ou não. O medo toma carona nos meios de transporte – os relatos –, de que nos fala Certeau, atravessando e organizando lugares. Essas narrativas do cotidiano, sejam elas orais ou mesmo as disseminadas massivamente pelos meios de comunicação, são por onde os significados são produzidos, e por onde articulações simbólicas influem nas práticas sociais.

Nesse sentido, esses relatos são como mapas, que guiam os turistas pelas ruas desconhecidas, organizando os lugares e sugerindo significados tanto através de suas linhas, como também por seus ícones e pela escrita que, geralmente, os acompanham. Mas, se concluímos que os relatos organizam lugares, então, que tipo de organização e de práticas geram os relatos da violência urbana?

Em reportagem do dia 05/11/06, intitulada “As cicatrizes da violência” o jornal *O Globo*, utilizando a rubrica da série “A guerra do Rio” (que será

abordada mais à frente neste trabalho), mostra o resultado de uma pequena pesquisa feita com sessenta pessoas, dentre especialistas em segurança, representantes de setores da economia, vítimas e pais, que definiram trinta e cinco hábitos do cotidiano que mudaram, por causa do medo da violência, em comparação com o começo da década de 1980, justamente a década que se tornou o marco do avanço da violência entre alguns pesquisadores da área⁸. A reportagem começa com o seguinte texto:

Cantado em 1962 por Ronaldo Bôscoli e Roberto Menescal no “Barquinho”, clássico da bossa nova, o Rio foi deixando aos poucos de ser simplesmente um lugar de paz e de dias tão azuis. A Cidade Maravilhosa se transformou no “Rio 40 graus” – o purgatório da beleza e do caos, retratado por Fernanda Abreu na década de 90 – e aderiu aos “proibições” do funk, que cultuam o tráfico de drogas. A violência, que marcou o Rio sobretudo nos últimos 25 anos, deixou profundas cicatrizes físicas, na economia e no comportamento dos cariocas.⁹

(*O Globo*, 05/11/06, p. 19).

As mudanças no cotidiano da cidade foram divididas em três categorias: urbanísticas, físicas e comportamentais, além de outras dezessete mudanças variadas¹⁰. A ênfase é em relação aos dispositivos de segurança que se tornaram itens imprescindíveis no dia-a-dia. Mas, há, também, pontuações em relação aos modos de transitar pela cidade. As mudanças comportamentais surgem, em grande parte, pelo imaginário do medo, recriado e repetido massivamente todos os dias. Essas narrativas afetam as próprias práticas sociais, como as listadas nessa pequena pesquisa realizada pelos jornalistas.

Há marcas precisas de ruptura que são representadas através da elaboração de pequenos detalhes que, em conjunto, são articulados de forma a criar sentidos ordenadores das mudanças na sociedade carioca. A “escalada da violência” é tida como um processo traumático que possibilita a escrita de uma história por duas demarcações temporais: um “antes” e um “depois”. Essa simplificação é um recurso retórico utilizado em muitos dos discursos que produzem a *guerra de relatos*¹¹ do cotidiano, inclusive, o próprio discurso jornalístico. Essa divisão é uma tentativa de produção de fronteiras simbólicas que delimitam um “bem” e um “mal”, estrutura muito comum nas reflexões sobre a violência urbana. A consequência mais imediata dessa forma de narrar os crimes é a produção, como mencionamos anteriormente, de uma *fantasmagoria*¹².

Esse fantasma, que não é da ordem do visível, do totalizável, é uma forma compartilhada de vivenciar a cidade, e ele é, em grande parte, criado, no mundo contemporâneo, pelos relatos massivos. Dessa maneira, a nossa perspectiva focaliza a questão da violência urbana e analisa o fantasma do medo que é socialmente vivenciado pelas percepções coletivas que temos do espaço urbano. Quando falamos de percepções, inexoravelmente mobilizamos a relação entre o imaginário e o simbólico: o imaginário é manifestado, em linhas gerais, pelo simbólico, por aquilo que expressa e ativa significados através da linguagem, do texto, das imagens, da conversa, enfim, dos relatos de uma maneira geral.

O medo se dissemina, também, em outro âmbito, por essas práticas de vigilância maquínica, em que câmeras e dispositivos variados tentam suprir a “segurança perdida”, simulando e narrando um porto seguro nos lugares privados em que as classes abastadas circulam. O espaço público torna-se, de forma acentuada, o lugar do encontro com o medo. Os desconhecidos da multidão tornam-se criminosos em potencial¹³.

Dentre os relatos que compõem a reportagem “Cicatrizes da violência”, destacamos uma inusitada narração em relação às mudanças de comportamento:

Vítima várias vezes de assaltantes, a professora aposentada Helena Moreira, de 62 anos, resolveu criar seus próprios meios de defesa. Ela tem até a bolsa do ladrão, que põe no banco do carona de seu carro. Nessa bolsa coloca celular quebrado, carteira com alguns trocados, guarda-chuva, batom, papéis e um tíquete do metrô. A bolsa com documentos, dinheiro e cartões fica escondida sob o banco. – Saio preparada para o ladrão – contou ela, que tem moedas no console, e notas no para-sol do carro, para entregar a pedintes que possam oferecer perigo. (*O Globo*, 05/11/06, p.19).

Uma declaração como essa é indício de que a forma de narrar a violência pelos meios de massa – que é um importante contribuinte na produção do imaginário social – sugere que a ideia de medo é uma forma de produzir subjetividades, ou melhor, uma forma de controle social através de instâncias simbólicas. A maneira como se narra a violência, as linguagens utilizadas, as escolhas realizadas, as maneiras como essas narrativas chegam às pessoas, são fundamentais para entendermos a produção de uma realidade medonha.

Além disso, tal declaração nos fornece a referência de mapa em relação ao imaginário do medo. A ideia de que a cidade é o habitat do perigo e que é preciso mapear mentalmente os “lugares perigosos” não vem somente da experiência da violência. Essa experiência pode, de fato, produzir traumas, mas não podemos negar que a repetição cotidiana das narrativas da violência e do medo nos meios jornalísticos de massa são grandes formatadores e incentivadores da imagem da cidade em estreita relação com a periculosidade extrema. Narrar os crimes não é uma prática somente expressiva, mas, também, produtiva, pois tem essa estreita relação com as práticas sociais.

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Assim, o medo como fantasma urbano vem sendo mobilizado incessantemente pelos meios de comunicação, gerando uma disseminação que pode ser definida como contágio social. Práticas que visam a segurança privada vão se espalhando e modificando o espaço urbano tanto materialmente

como no imaginário social. A consequência desse avanço, no entanto, parece ser uma intensificação do conflito e uma evidente apologia de um espaço público não-democrático, pois o medo passa a ser a linguagem utilizada para justificar ações autoritárias.

Então, quando analisamos tanto os mapas quanto os relatos, estamos em busca das consequências dessas simbologias no imaginário urbano e, logo, na organização do espaço público. Nisso, não podemos deixar de mencionar, há uma ideia política que faz do medo uma defesa e, ao mesmo tempo, uma arma de ataque.

A GUERRA DO RIO

Em 2003, quando os EUA invadiram o Iraque, em busca de armas de destruição em massa, e promoveram uma guerra, o jornal *O Globo* noticiava o assassinato de uma adolescente em uma estação de metrô na Tijuca, bairro carioca. Lado a lado, ambos os títulos pareciam querer contaminar o contexto de cada um: “A guerra de Bush” e “A guerra do Rio”. A expressão relacionada à violência urbana era uma clara alusão à guerra que o presidente norte-americano declarou naquele mesmo ano. Dois conflitos com características diferentes eram colocados quase como equivalentes.

Desde então, “A guerra do Rio” tornou-se uma rubrica que nomeia conflitos entre traficantes de drogas e policiais em favelas do Rio de Janeiro. Curiosamente, essa série não teve uma duração planejada: um acontecimento foi sendo ligado a outro durante anos, e a expressão deixou de ser apenas uma rubrica para se tornar uma campanha política.

Tendo em vista a extensão de tal série, selecionei algumas edições que cobriram conflitos em favelas cariocas em 2004, 2006 e 2007¹⁴. As reportagens de 2004 tratam de um conflito ocorrido na favela da Rocinha entre traficantes rivais e a polícia; as de 2006 tratam do conflito entre traficantes, policiais e as chamadas milícias, em várias favelas da cidade; as reportagens de 2007 tratam de um extenso conflito entre traficantes de drogas e policiais no conjunto de favelas conhecido como Complexo do Alemão. Todas as reportagens têm como cenário uma ou mais favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

No dia 10/04/2004, o jornal *O Globo* publicou em sua primeira página a seguinte manchete: “Guerra do tráfico mata 5 e impõe terror na Zona Sul”. Esse episódio marcou o início de uma série de conflitos entre traficantes de drogas das favelas da Rocinha e do Vidigal que seriam comandadas por facções rivais. Ao longo do ano de 2004 esses conflitos estiveram regularmente nas páginas dos jornais cariocas, proporcionando um amplo debate sobre a questão da segurança pública e das favelas.

Na análise do conjunto de reportagens, a primeira coisa que saltou aos olhos foi a demarcação de uma mesma chamada para todas as notícias que

tivessem algum envolvimento com o fato principal, que seria o confronto entre os traficantes de drogas. A frase utilizada para essa chamada padronizada foi: “A guerra do Rio”. Essa expressão tentou unificar episódios de violência, ocorridos em favelas cariocas, por um fio condutor, uma narrativa contada em capítulos, aproximando-se do formato folhetinesco. Durante 11 dias consecutivos, os leitores acompanharam uma mesma história, esperando a cada dia novos fatos e descobertas. Selecionei uma notícia de cada uma das 11 edições para demonstrar o que a expressão “A guerra do Rio” abrangeu.

Calvário carioca

Tiros, pânico e mortes marcaram a Sexta-feira Santa na maior favela do Rio e na principal ligação entre a zona Sul e a Barra. De madrugada, uma tentativa de invasão de traficantes à Favela da Rocinha terminou com três mortos e sete feridos. (O Globo, 10/04/04, p. 11).

A violência na Rocinha

A guerra na Favela da Rocinha começou na madrugada de sexta-feira. Numa ação violenta, cerca de 60 bandidos vestidos de preto e usando coletes à prova de balas pararam motoristas na Avenida Niemeyer por volta de 1h da manhã. A mineira Telma Veloso Pinto, de 38 anos, tentou escapar do bloqueio, foi baleada na cabeça e morreu na hora. (O Globo, 11/04/04, p.31).

Limite da violência

Para acabar com a guerra pelo controle do tráfico na Favela da Rocinha, que começou na madrugada da Sexta-feira Santa e já deixou oito mortos, o governo do Estado anunciou ontem que vai cercar parte do morro com um muro de três metros de altura. (O Globo, 12/04/04, p.8).

Cenas de uma guerra anunciada

São 10 horas da manhã de domingo de Páscoa. Foi uma noite calma para os moradores da Gávea e de São Conrado, depois de 48 horas de guerra na Favela da Rocinha. A zona nobre do Rio retoma a rotina. Os motoristas voltam aos poucos a transitar pela Avenida Niemeyer e pelo Túnel Zuzu Angel (O Globo, 13/04/04, p.13).

Agora a guerra é política

Alvo da guerra que já dura seis dias pelo controle do tráfico na Rocinha, a população do Rio assiste a um confronto paralelo: o tiroteio político entre as autoridades. Ontem, durante uma reunião, o secretário de Segurança, Anthony Garotinho, tentou acuar o governo federal e constrangeu o secretário nacional de Segurança, Luiz Fernando Corrêa, anunciando estar disposto a aceitar a oferta de envio de tropas das Forças Armadas para ajudar no combate a violência. (O Globo, 14/04/04, p.14).

Polícia mata chefe da Rocinha

Cem homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PM mataram na tarde de ontem o traficante Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, de 26 anos, e seu cúmplice Ronaldo de Araújo Silva, de 27 anos,

no alto da Favela da Rocinha, num lugar conhecido como Laboriaux. Foram 15 minutos de intenso tiroteio. (O Globo, 15/04/04, p.11).

“Bonde” de Lulu vai ao cemitério

O tráfico da Rocinha desceu o morro ontem e desafiou a polícia no asfalto. Quinhentas pessoas – inclusive muitos bandidos, segundo policiais – foram ao Cemitério São João Batista para o enterro do traficante Luciano Barbosa, o Lulu, que comandava a venda de drogas na favela. (O Globo, 16/04/04, p.15).

A caçada a Dudu

A caçada ao traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, de 31 anos, que chefiou a tentativa de invasão da favela da Rocinha na Sexta-feira Santa, é agora prioridade da polícia do Rio. (O Globo, 17/04/04, p.15).

Nove pessoas são presas na caçada a Dudu

Nove pessoas acabaram presas ontem durante a caça ao traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, de 31 anos, que chefiou a tentativa de invasão da Favela da Rocinha na Sexta-feira Santa (O Globo, 18/04/04, p.22).

97

O caráter folhetinesco pode ser visto pela fragmentação das sequências narrativas que formam uma série e pela constante repetição das mesmas informações a cada dia. Palavras como guerra, violência, tiros e pânico são associadas a eventos ocorridos na favela da Rocinha.

Se justapuséssemos os títulos das reportagens transcritos acima, teríamos algo como uma pequena história contada por tópicos: calvário carioca; a violência na Rocinha; limite da violência; cenas de uma guerra anunciada; agora a guerra é política; polícia mata chefe da Rocinha; bonde de “Lulu” vai ao cemitério; a caçada a Dudu; nove pessoas são presas na caçada a Dudu. De certa forma, o que lemos nesses títulos é uma cronologia que poderia estruturar um romance ou qualquer outra ficção: o enredo é apresentado (calvário carioca; a violência na Rocinha), desenvolvido (limite da violência; cenas de uma guerra anunciada; agora a guerra é política; polícia mata chefe da Rocinha; bonde de “Lulu” vai ao cemitério; a caçada a Dudu) e resolvido (nove pessoas são presas na caçada a Dudu), formando um arco narrativo.

O desenrolar dos acontecimentos, as ações do governo e da sociedade passam todas pelo crivo da rubrica “A guerra do Rio”. As pequenas narrativas são costuradas a esse padrão e ganham menos ou mais espaço de acordo com a proximidade do fato principal, que é o conflito na Rocinha, com a vida cotidiana do “asfalto”.

Por outro lado, a expressão é uma metonímia que faz com que a Rocinha seja o símbolo de uma guerra do Rio de Janeiro com ele mesmo. Nesse caso, *O Globo* toma a parte pelo todo e define a guerra que ocorreu nas proximidades da Rocinha como sendo a guerra do Rio de Janeiro inteiro. Ou, por outro

lado, a guerra do Rio contra os perigosos traficantes de droga das favelas. Isso implica um maior peso para as notícias, pois passa a dizer respeito a todo e qualquer cidadão.

Olhando para trás, na história da imprensa não há como ficar surpreso quando hoje os jornais utilizam as técnicas de folhetim em suas narrativas, como atos que beiram a campanhas políticas para compartilhar inimigos e medos. O folhetim foi o formato que ajudou a consolidar os jornais como meios regulares de informação de massa. Por muito tempo esse formato foi a base da notícia, tendo ainda resquícios no jornalismo atual. A imprensa absorveu técnicas literárias de narrativa e reciclou-as, assim como recicla a si mesmo ao longo dos anos.

Uma expressão parecida, decerto quase igual à “A guerra do Rio”, esteve nos jornais cariocas no final da década de 1940. O então jornalista Carlos Lacerda publicou uma série de artigos dramáticos defendendo a “Batalha do Rio de Janeiro” ou a “Batalha das favelas”. Essas expressões circularam em jornais como *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário da Noite*, *Tribuna da Imprensa*, que representavam, em suas páginas, a favela como “reservatório de germes (potencialmente mais perigosos do que uma bomba atômica), trampolins da morte, devido aos desabamentos”. (ZALUAR; ALVITO, 2003, p. 14).

A campanha “A Batalha do Rio” foi uma das inúmeras tentativas do Estado de interferir nas favelas não com um ato integrador dessas com a cidade urbanizada, mas com um intuito preconceituoso de querer apagar da cartografia carioca aquele espaço estranho, que não era condizente com a normalidade e a ordem idealizada.

A favela, mais do que qualquer outro espaço, representava o papel do inimigo interno. Era preciso uma batalha para extirpar o que desde o começo tinha sido o “lixo” da modernização do espaço urbano. Não havia a intenção de integrar as “duas cidades”. O próprio Carlos Lacerda propunha uma expropriação dos grandes edifícios sem, com isso, conectar os dois lados:

Aqueles que não quiserem fazer um esforço sincero e profundo para atender o problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-lo como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária, [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampa de lata olhando o crescimento dos arranha-céus (LACERDA Apud ZALUAR & ALVITO, 2003, p.14).

Cumprindo o que havia prometido, Carlos Lacerda viria a por em prática, quando eleito governador da Guanabara em 1961, uma política de remoção de favelas da Zona Sul carioca. Isso demonstra que a questão das favelas foi e é, sobretudo, uma questão política e simbólica, gerando consequências na geografia e na arquitetura do espaço urbano.

A “batalha do Rio” tornou-se “a guerra do Rio”. O que muda são as personagens do conflito, mas não a geografia, que é sempre diferenciada pela linguagem.

“De batalhas faz-se guerras” é uma expressão que conota uma acumulação de tempo e, mais do que isso, uma contínua situação de conflito que tende a se exacerbar. Desde as batalhas até a guerra, a ideia é sempre a mesma: o conflito caminha para um acirramento. Essa ideia de intensificação não necessariamente corresponde a uma realidade, mas, sim, a uma contínua alimentação do imaginário do medo. São imagens que estão sempre indo em direção a algo maior e mais assustador; seguem um crescente infinito de uma narrativa sem fim.

Em 50 anos muita coisa mudou, e a favela acabou adquirindo outras conotações no imaginário midiático. A partir da década de 1980 e mais intensamente na década 1990, os morros cariocas voltaram a ter espaço nos jornais. Dessa vez o problema era mais complexo e tinha relação com a violência urbana e com o crime organizado: as favelas tinham sido “eleitas” como bases de distribuição de entorpecentes. Até então isso já acontecia desde meados dos anos 1970, mas a violência que vinha da favela não era noticiada; talvez devido à rígida censura colocada em prática pelo regime militar. Somente quando a tensão entre o morro e o asfalto foi se acirrando e invadindo a cena é que a imprensa demonstrou interesse. Os traficantes de drogas estavam se armando com artilharia sofisticada e as editorias de cidade dos principais jornais cariocas passaram a publicar notícias relacionadas ao tráfico de drogas e à violência sempre tendo como cenário a favela. O delineamento dessa nova condição da criminalidade urbana ocorreu ao longo dos anos 1990:

Em 1994, armamentos sofisticados vieram incluir-se no rol de mercadorias a serem traficadas. Certos grupos de traficantes, sobretudo nas favelas situadas nas proximidades do aeroporto e da zona portuária, começaram a especializar-se na venda de armas aos traficantes de outras favelas que queriam proteger-se contra a invasão da polícia e de outros grupos rivais. Assim, havendo condições favoráveis, o tráfico de cocaína e outras mercadorias aumenta, e, com ele, o envolvimento das comunidades em que se acham os traficantes. (LEEDS, 2003, p. 239).

O livro de Zuenir Ventura, *Cidade partida* (1994), é fruto dessa conotação que a favela passava a ter. Impulsionado pela chacina em Vigário Geral (1993), favela carioca onde foram mortas 21 pessoas que não eram relacionadas ao tráfico de drogas, o jornalista vivenciou durante nove meses o cotidiano dos moradores dessa comunidade. A conclusão do livro-reportagem é a volta ao pensamento bipolar que teve destaque no início do século XX. A cidade partida de Zuenir é marcada pela divisão em dois espaços: de um lado o tráfico de drogas exercendo poder, através de ameaças, sobre as comunidades que vivem nos morros e, de outro, a cidade sitiada, com medo das favelas e se afastando cada vez mais do convívio com os moradores desses locais. A batalha contra as favelas voltava à cena nos anos 1990, só que agora pelo viés da política de segurança pública.

Se por um lado as expressões relacionadas às batalhas na cidade estão presentes em tempos completamente diferentes e com conotações distintas, por outro o cenário continua o mesmo. A favela acabou sendo legitimada pela ação do tempo. Em um século esse espaço já criou sua história e, hoje, as

políticas de remoção têm cedido lugar às políticas de integração e urbanização. Mas a dualidade entre os dois espaços foi exacerbada. A imprensa aponta, hoje, para um poder paralelo que estaria assumindo o lugar do Estado nas favelas e na cidade, gerando assim, diariamente, um confronto armado entre dois poderes. A cidade estaria mais do que partida, estaria dividida e em guerra.

Tentando superar o dualismo histórico, hoje há um pensamento que vê a cidade mais do que partida, mas em estilhaços, um caleidoscópio que não se deixa ler. Totalmente fragmentada e desintegrada, a cidade só consegue se reconstruir nos *mass-media*, através do espetáculo (ARGULLOL, 1994, p. 59). É pela narrativa desses meios que ela consegue se ver representada. Eis, então, uma questão: se a cidade só consegue se reconstituir através dos meios de comunicação de massa, e estes exibem uma cidade em guerra, em que a violência e o terror vêm da favela, como no caso aqui estudado, qual é a imagem desse espaço no imaginário social, senão aquela relacionada ao medo?

A conotação da favela ainda é pejorativa e cunhada de violência. Somado a isso, temos a imprensa de hoje, que é lastreada pela sociedade do espetáculo, expressão inaugurada por Guy Debord. Imprensa essa que faz das imagens e do discurso sedutor o pivô de suas práticas sociais. “O caráter ideológico do adjetivo ‘violento’ fica claro quando é utilizado sistematicamente para caracterizar o ‘outro’, o que não pertence ao mesmo estado, cidade, raça, etnia, bairro, família, grupo etc.” (ZALUAR, 2003, p. 212).

É através do sistemático e cotidiano discurso que conota a violência do tráfico à favela que *O Globo* cumpre o papel de imaginar uma geografia do medo que sustenta uma vitimização e, também, consequentemente, uma ausência de culpa. De forma notável, na grande maioria dos textos analisados as notícias se referiam às consequências e não ao próprio acontecimento, construindo a vitimização da ordem. Isso pode ser constatado na medida em que temas relacionados ao trânsito representaram uma grande parte da massa de reportagens, e os moradores da Rocinha, em pior situação que todos os outros, não receberam qualquer menção.

Além disso, o conflito só ganhou grande cobertura pois transbordou das favelas para o asfalto. Isso demonstra que a amplitude do espaço cedido ao fato depende do local onde o mesmo ocorre. Se for dentro da cena - a cidade - os holofotes acesos focam e transmitem o espetáculo. Caso contrário, quando na maioria das vezes a obscena (GOMES, 1994, p. 103) - a favela - é o palco, os holofotes elegem outras práticas para fornecer o espetáculo de cada dia, deixando tais acontecimentos na penumbra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário, em sua incessante produção, é uma esfera em que circulam valores de uma sociedade. Por essa razão, podemos considerá-lo uma instituição, se definirmos esta como uma representação de valores que devem

ser preservados. Não se trata, contudo, de “um organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade” (HOUAISS, 2001), mas, sim, de uma produção de significados que circulam de forma dinâmica e que torna possível falar sobre determinado tema. Assim, o imaginário tem como base os discursos que são enunciados de diversas maneiras, mas que acabam formando, não sem um embate, conjuntos que exprimem valores, costumes e estruturas sociais.

Por essa tal amplitude do objeto, as formas de abordagem são diversificadas e procuram, em geral, dar conta de determinado aspecto desse conflito que permeia a produção de significados através dos relatos e narrativas que são produzidos diariamente. Nesse sentido, a delimitação, nesse estudo, foi de uma das paixões humanas que mais foram focalizadas em função de formulações políticas e sociológicas.

Ao procurar entender os significados da violência urbana no Brasil atual, ainda no início desta pesquisa, nos deparamos com o que definimos como imaginário do medo. Esse imaginário consistia na produção de narrativas que articulavam medo e crimes violentos de uma forma que não privilegiava uma mobilização social para enfrentar o problema. O medo não estava relacionado à esperança. A estrutura de enunciação da imprensa colocava o medo em estreita relação com o pânico, que é sentimento que não consegue ver os seus fundamentos e, por isso, tem tendência totalizante: é um sentimento que restringe o pensamento e que acaba fazendo o indivíduo agir de forma muito emotiva.

O medo, que é um sentimento muito ligado ao desconhecido e ao inexplicável, surge, também, através das formas de enunciação que focalizam a ineficiência das instituições de repressão, pois esta “ineficiência” está ligada às relações sociais no espaço público. Somos uma sociedade em que as circunstâncias tendem a se sobrepor às regras, ou seja, mesmo que exista uma norma que reja determinada prática, essa prática é costumeiramente guiada por uma “lógica” que está muito ligada ao imaginário social. O problema é que há uma contradição entre o imaginário social e as leis na nossa sociedade: eles não se complementam harmoniosamente, mas conflituosamente. Na sociedade brasileira, segundo interpretação de Marilena Chauí,

as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres concretos e compreensíveis para todos. [...] É uma sociedade na qual as leis sempre foram consideradas inúteis, inócuas, feitas para ser violadas, jamais transformadas ou contestadas; e onde a transgressão popular é violentamente reprimida e punida, enquanto a violação pelos grandes e poderosos sempre permanece impune.

É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas dos governos e das instituições “públicas”. (CHAUÍ, 2006, p. 105).

Assim, por essa perspectiva, percebemos que a chamada “ordem”, que estampa a bandeira nacional desde o período de maior afirmação do movimento positivista no Brasil, é uma encenação que constitui apenas um ideal que é a todo momento vitimizado pelos discursos que de forma míope preservam o debate no âmbito policialesco, quando, na verdade, sabemos que historicamente essa “integração nacional” nunca foi pacífica. Hoje, o que nos é novo não é a “escalada da violência”, mas, sim, o contexto internacional ao qual estamos ligados.

O tráfico de drogas e de armas não é um problema nacional, mas atravessa o Brasil de forma perversa, intensificando as relações socioeconômicas já tão desiguais. Tratar da violência no Brasil somente através de questões penais é uma posição reacionária que é contra qualquer iniciativa de democratização social. De acordo com essa perspectiva, é preferível narrar o medo exibindo somente os efeitos do cotidiano, do que incentivar qualquer tipo de mudança que vá além do aumento da repressão.

Diante desse quadro, as tragédias de cada dia, quando evocadas pelos textos analisados, elaboram uma cidade imaginária, mas, ao mesmo tempo, concreta e palpável. As reportagens são sobre lugares que existem e personagens reais, que não são heróis, mas homens comuns, ordinários, assim como o leitor. Nestas perspectivas, os relatos jornalísticos que tratam do crime violento nas grandes cidades produzem uma simbologia e um vocabulário que constituem um imaginário urbano do medo, afetando profundamente as práticas de democratização do espaço público.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no Fórum Temático IX Terreno e Arquitetura, uma simbiose entre o ser e o mundo, evento componente do XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário - Congresso Internacional, outubro de 2008, Recife - PE.

² “Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução.” (BENJAMIN, 1995, p.73).

³ No prefácio da edição brasileira de *Imaginários urbanos*, Armando Silva argumenta: “Este livro narra por diferentes vias uma relação estética entre cidadãos e cidade, e que, se hoje estamos diante de um fenômeno novíssimo, que é a não-correspondência entre cidade e urbanismo, pois o urbanismo excede o arcabouço citadino, os imaginários aparecem como uma estratégia (precisamente mais temporal que espacial), para dar conta de processos urbanizadores que não são só manifestações de uma cidade, mas também do mundo que a urbaniza. Enquanto a cidade concentra multidões de cidadãos em limites geográficos mais ou menos precisos e territoriais, o urbano vem de fora para romper os limites físicos, da cidade e, de certa forma, desterritorializá-la. O urbano, assim entendido, corresponderia a um efeito imaginário sobre tudo isso que nos afeta e nos concebe para fazer-nos cidadãos do mundo: os meios de comunicação, a internet, os sistemas viários, as ciências, a arte, e, enfim, as tecnologias” (2001, p.X).

⁴ As concepções de fronteira e de limite são, aqui, equivalentes e sugerem aquilo que Armando Silva formulou: “Quando falo em limite quero apontar um aspecto não só indicativo mas também cultural. O uso social marca as margens dentro das quais os usuários “familiarizados” se auto-reconhecem e fora das quais se localiza o estrangeiro ou, e outras palavras, aquele que não pertence ao território. Reconhece-se um território precisamente em virtude da “visita” do estrangeiro, que

sob diversas circunstâncias deve ser indicado fora do campo respectivo. Cumprir dizer que em nosso vocabulário o território ‘territorializa-se’ na medida em que estreita os seus limites e não permite (sobretudo exclui) a presença estrangeira” (SILVA, 2001, p. 19).

⁵ Ao descrever imagens de um viajante em um trem, Michel de Certeau nos fala sobre as condições para que alguma coisa circule nos diferentes espaços. A bolha da ordem panóptica atravessa os espaços heterogêneos e consegue se manter independente das raízes locais, ou seja, as raízes de onde está sendo reterritorializado. Trata-se do próprio movimento de desterritorialização, ou seja, uma ordem que consegue atravessar características locais. Assim é definido o poder panóptico. É o poder da imobilidade e da estabilidade da ordem. “Só viaja uma célula racionalizada. Uma bolha do poder panóptico e classificador, um módulo do isolamento que torna possível a produção de uma ordem, uma insularidade fechada e autônoma, eis o que pode atravessar o espaço e se tornar independente das raízes locais” (2005, p. 193).

⁶ “Chamo fantasma urbano àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva, por todos os seus habitantes ou uma parte significativa deles, através da qual nasce ou se vive com uma referência de caráter mais imaginário do que de comprovação empírica. Ou seja, na vida cidadã existem fatos, ideias ou projetos que dão maior margem para a produção imaginária que outros” (SILVA, 2001p. 55).

⁷ “O boato, ao conectar uma lógica possível ao acontecimento, tem base para ser aceito, pois dá-se quando existe uma boa disposição para crer. A base para que um boato cresça é que seja possível, porém quando o grupo social permanece alterado emocionalmente muitas coisas impossíveis podem parecer fatalmente possíveis. Eis a chave do problema. E na busca da sua simbologia há quem proponha a analogia do boato com o comportamento deformador e de produção em cadeia dos chistes, as autobiografias, os testemunhos ou as lendas.” (SILVA, 2001, p. 51).

⁸ A antropóloga Alba Zaluar é uma das que defendem a ideia do avanço da violência nas grandes cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a partir da década de 1980. Cf. ZALUAR, 2006.

⁹ Essa visão de uma “escalada da violência” é, também, utilizada por Zuenir Ventura em seu livro Cidade partida (1994), que narra a disseminação da violência na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, até o episódio que ficou conhecido como a “Chacina de Vigário Geral”, no começo da década de 1990.

¹⁰ As trinta e cinco mudanças listadas pelo jornal são, em ordem: (1) noites vazias; (2) uso de táxi e van para levar e buscar jovens em festas à noite; (3) maioria dos bares e restaurantes começa a fechar às 23h30; (4) a troca do carro por táxis de cooperativas principalmente à noite; (5) guaritas (mais recentemente blindadas) e cancelas; (6) câmeras por todos os cantos; (7) intensificação do uso de grades; (8) blindagem de janelas, paredes e portões; (9) cercas eletrificadas; (10) crianças deixam de brincar na porta de casa, mesmo nos subúrbios; (11) carros com alarme; (12) insulfilm nos carros; (13) blindagem de carros; (14) GPS em veículos; (15) crescimento de entregas à domicílio; (16) entregadores deixaram de subir Santa Teresa após às 18h; (17) aumento da segurança privada nas ruas e portas de lojas; (18) sensor de presença; (19) identificação eletrônica por cartão, placa de carro e até por digitais nos novos condomínios; (20) vaga de alerta de segurança em condomínios; (21) expansão de shoppings; (22) surgimento de mais condomínios fechados; (23) barricadas nos acessos de favelas; (24) câmeras em ônibus; (25) implantação de clubes em condomínios e fechamento de clubes tradicionais; (26) de madrugada, farmácias passaram a atender por uma janela blindada; (27) indústrias e estabelecimentos comerciais fecharam ou deixaram o Rio; (28) proliferação de portas giratórias em bancos; (29) curso de segurança para porteiros; (30) ter celular, carteira e até bolsa para o ladrão; (31) ida à praia só de roupa de banho; (32) uso do celular para monitorar os filhos; (33) depois de 20h, táxis evitam Linha Amarela, Avenida Brasil, Túnel Zuzu Angel e Avenida Martin Luther King Jr.; (34) criação de códigos para familiares a fim de identificar falsos sequestros-relâmpagos; (35) saídas nas ruas à noite só em grupos.

¹¹ Expressão utilizada por Michel de Certeau: “A cidade é o teatro de uma guerra de relatos, como a cidade grega era o campo fechado de guerras entre os deuses. Entre nós, os grandes relatos da televisão ou da publicidade esmagam ou atomizam os pequenos relatos das ruas ou de bairros”. (CERTEAU, 1994, p. 203, tradução livre).

¹² “Será fantasmagórica qualquer cena que represente uma produção social do fantasma. O cenário de fundo corresponde à cidade e sua realização, como ente fantasioso que afeta uma conduta cidadã: corresponde ao efeito imaginário sobre o acontecer cotidiano da cidade.” (SILVA, 2001, p. 55).

¹³ É preciso ressaltar, contudo, que, em grande parte, o estereótipo do bandido que é produzido pelas imagens veiculadas na imprensa tem conotações de classe social.

¹⁴ As edições tabuladas foram as dos dias 10, 13, 15 e 16 de abril de 2004; 5 de novembro e 29 de dezembro de 2006; 5 de fevereiro e 12 de maio de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGULLOL, Rafael. Cidade turbilhão. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1995.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: Ed. Universitária de Buenos Aires, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *L'invention du quotidien. 2. Habiter, cuisiner*. Paris: Gallimard, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e medo. In. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CORRÊA, Felipe Botelho. *Imaginários do medo: imprensa e violência urbana*. Rio de Janeiro, 2008. 193p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*, v. 1.0, 2001.
- LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Crime, medo e política. In. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. ALVITO, Marcos. Introdução. In. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.